

AULA INAUGURAL DOS CURSOS DA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Março, 1975

O ESTÁGIO ATUAL DA REFORMA
DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

É para mim motivo de especial orgulho comparecer a esta assembléia universitária, marco inicial dos acontecimentos que ao longo deste ano assinalarão a passagem do 15º aniversário desta Universidade Católica de Pelotas, instituição pioneira no processo de interiorização do ensino superior no Brasil.

Não poderia deixar, pois, de inicialmente transmitir à vossa comunidade universitária, Don Antonio, os sinceros e entusiastas cumprimentos, do Sr. Ministro e meus mesmos.

Tendo assumido o sério compromisso de proferir esta aula inaugural — num momento particularmente significativo para a Universidade Católica de Pelotas — e não sendo eu propriamente um acadêmico, figura que certamente seria mais conveniente para uma cerimônia essencialmente acadêmica como esta, fui buscar alguma inspiração para o tema que me propuz desenvolver, em umas poucas obras de autores que admiro.

Minha intenção era desde o início convidar-vos a uma reflexão sobre a Universidade brasileira, atual no seu estágio pós-reforma. Provavelmente nenhum educador brasileiro seria mais adequado para inspirar-nos nesse exercício do que Newton Sucupira, um dos autores do projeto de reforma da universidade brasileira e certamente o mais incansável observador, analista e crítico da evolução da obra de que é co-autor. (20)

Dentre os inúmeros trabalhos do Prof. Sucupira, chamou-me desde logo atenção aquele que foi, coincidentemente, o tema da aula inaugural dos cursos da Universidade Federal da Bahia, pronunciada pelo emérito Professor em 1973^(*). Logo no início das suas profundas "reflexões" encontramos a seguinte colocação: "Estamos convencidos de que todo o debate fecundo sobre a reforma universitária pressupõe, como ponto de partida e fundamento, a formulação clara da idéia de universidade não apenas em sua essência ideal, mas em sua condição concreta no mundo em que vivemos". E, mais adiante, conclui: "o problema da reforma é o da recriação da universidade a partir da reelaboração de sua idéia em função das exigências de nosso tempo. Trata-se da pesquisa de uma nova forma de universidade que, fiel à sua inspiração originária, possa torná-la uma instituição atuante nos quadros de uma civilização científico-tecnológica e identificada ao tempo social da mudança que caracteriza nossa realidade".

Terá a reforma universitária brasileira logrado elaborar essa "recriação da universidade"? Será a universidade brasileira pós-reforma uma instituição "atuante" e "identificada" ao mundo cambiante em que vivemos? Certamente que ainda não dispomos de elementos de juízo suficientes para dar respostas categóricas às duas indagações. Mas estou convencido de que estamos trilhando o caminho certo.

A reforma universitária brasileira surgiu como imperativo da história e da cultura nacionais, como reclamo da nossa sociedade empenhada em compromissos irreversíveis de modernização. E, não se diga que, por ser contemporânea de outros movimentos reformistas surgidos em diferentes países ao longo da década passada, deles tenhamos copiado modelos, ou neles tenhamos buscado inspirações, porque as origens de nossas reformas são essencialmente distintas.

(*) SUCUPIRA, N. - "Reflexões sobre a idéia de Universidade em sua condição atual", UFBA, Salvador, 1973.

cf. aula inaugural na UFBA março 1975 cf. pag 115

cf 1º §
4 FPR.
10 ag 5 -

Inspiramo-nos, isto sim, na consulta ao passado e no esforço de adequação ao presente e ao futuro. Vivendo, ou pre vendo que iríamos viver, a era do desenvolvimento, buscávamos a a quela forma de universidade capaz de tornar-se a "instância de r reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento(*)" ao mesmo tempo instrumento coadjutor desse desenvolvimento.

O princípio básico que emergiu dessa busca, a orien tar todo o projeto da nova universidade, foi o da integração, da coesão, da unidade, da Universidade: organismo diverso em tarefas e uno em comportamento, plural em estilos e singular em gramática, disperso na geografia e reunido na filosofia. Procurava-se destarte por cobro à fragmentação e ao atomismo, que se exprimiam no feudalismo das antigas unidades, no paralelismo de meios para fins idênticos, no isolacionismo que desafiava a inter-comu nicação dos fluxos administrativos e acadêmicos.

Tudo isto se fez sob a égide do mais congruente rea lismo, mais atento às circunstâncias sócio-econômicas, à moderna noção de divisão do trabalho, aos clamores do sistema produtivo e à mobilidade das realizações do indivíduo como pessoa e como profissional. Daí que, filha desse realismo; à centralização de tantas atividades se apôs a descentralização mais definida atra vês da departamentalização, que veio a tornar-se de direito e de fato a onipresença diferenciada e sinérgica da Universidade.

Aos poucos o panorama universitário brasileiro foi ganhando sentido e integração, ao novo ritmo que acelera a pulsa ção nacional. Aos poucos, em horizontes sucessivos, foi-se estru turando uma visão e um comportamento gestáltico da Universidade brasileira. A Reitoria, para mencionar um exemplo estrutural, dei xa de ser um endereço e uma peça decorativa, para assumir o co-

(*) "Relatório final", Grupo de Trabalho para a Reforma Universi-tária, MEC, Rio, Agosto de 1968.

mando efetivo de serviços e de atividades-meio antes dispersas e repetitivas. Impõe-se para isso, a criação de assessorias qualificadas ao nível de Pró-Reitorias, Sub-Reitorias ou Coordenadorias. Quase todas dispõem hoje de setores técnicos especializados, alguns dos quais alcançaram rápida eficiência e merecido renome.

Medida de racionalização administrativa de largo alcance foi a centralização do controle acadêmico, aonde foram ⁽¹⁴⁾ de início, repercutir todas as diversidades e mesmo irregularidades verificadas nas unidades de origem. Usualmente associado à Sub-Reitoria de Graduação, esse controle vem funcionando como o preciso termômetro da vida acadêmica, e mal se pode compreender que se pudesse, antes dele, falar de "planejamento" ou de "sistema" universitário. A utilização do computador, para esse fim como para outros de natureza administrativa, tornou possível a um tempo o atendimento de massa, a correta análise de inúmeros dados e a retroalimentação mais rápida dos vários subsistemas sobretudo o acadêmico. Não se entende que se acoimem de desumanos os processos que se valem da mecanização e da memória eletrônicas, tais são os benefícios que à Universidade e a tantas instituições organizadas provieram de seu aproveitamento.

O Conselho Universitário, colegiado maior e exclusivo da antiga universidade, divide agora funções de instância superior, em assuntos técnicos de natureza acadêmica, com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o qual tem conferido apreciável substância às decisões e discussões de sua alçada. Basta compulsar os novos Estatutos, Regimentos Gerais e Resoluções emanados desses colegiados para constatar a pertinência de sua criação pela Reforma e a ênfase que eles emprestam às atividades-fim da Universidade.

Tratamento mais minucioso merece o Departamento. Impôs-se como exigência de flexibilidade e de produtividade do sistema universitário, com fundamentos ditados pela racionalização das atividades, pela divisão das ciências e pelo trabalho em equipe. Estruturalmente, o Departamento é a menor fração da Uni -

versidade para todos os efeitos de organização administrativa, di dático-científica e de distribuição de pessoal. Congrega disciplinas afins e reúne docentes para os objetivos comuns de ensino e pesquisa. Justifica-se pela amplitude do campo de conhecimento abrangido, e pelos recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento. Tal é a sua importância, tais as esperanças depositadas em seu efetivo e dinâmico funcionamento, que ele não se deixa senão coordenar por qualquer órgão de nível setorial, quer se chame Centro (avançada inovação da Reforma), quer se denomine Faculdade, distanciando-se estas, agora, da auto-suficiência das antigas Escolas.

Extinta a cátedra, a legislação contentou-se de início com afirmações nítidas mas genéricas, como os primeiros ca pítulos no gênese do novo ser. Não quis adiantar-se em pormenoriz ar instrumentos da sistemática operacional, que não parecia per ceber com segurança. Daí as tentativas de ensaio e erro que pontilham a evolução do Departamento: número de integrantes, proce so de escolha do chefe, infra-estrutura administrativa, dotação orçamentária, representatividade nos colegiados superiores, convivência com a coordenação de cursos (outra feliz criação da Reforma). Ultrapassado o período das hesitações, e afirmadas as ex periências mais adequadas, já avulta hoje o tipo ótimo de Departamento, com o seu tanto de liberdade de movimentos e o estimulante convívio de professores-pesquisadores. O Conselho Federal de Educação, ao discutir os novos Estatutos das Universidades, tem cuidado de evitar a formação ou a manutenção quer de microdepartamentos, compreensível camuflagem de antigas cátedras, onde o personalismo se sobrepunha ao trabalho em equipe; quer de macro departamentos, impermeáveis ao debate comum e à simbiose dos que estão imersos em culturas afins. Mais cedo do que se imaginara, estã começando a desenhar-se a fisionomia do Departamento com os traços inseparáveis de equipe científica e de agrupamento humano.

Ponto de interseção da reforma estrutural, até aqui considerada, e da reforma do ensino, a seguir contemplada, o con curso vestibular é objeto de contínuas reformulações e de apura-(4) do desvelo. Continuamos convictos de que sua unificação, em esca

la regional ou institucional, e o aprimoramento das técnicas docimológicas somam pontos para garantia de êxito. Urgia uma racionalização do acesso ao ensino superior, algo conturbado por fatos conhecidos e que se fazem presentes em todos os graduantes. Mediante o vestibular unificado alcançou-se a padronização dos critérios e maior índice de democratização no ingresso. Estudos de psicologia da aprendizagem e de testes e medidas educacionais, áreas especializadas das Ciências Pedagógicas, aperfeiçoaram a montagem e o alcance dos testes objetivos, cuja aparência simples esconde sofisticada engenharia de natureza psicológica e estatística. O recurso à redação e às provas de aptidão específica, ambos sob acompanhamento por parte do Departamento de Assuntos Universitário, poderão, sob certas condições, levar mais longe a probabilidade de escolha dos candidatos potencialmente mais predispostos e equipados para a aprendizagem superior em determinados setores. Sistemáticamente perquirimos o aspecto prospectivo dos vestibulares mais do que o retrospectivo, ou seja, investigamos menos o que o candidato sabe, sobretudo em conteúdo factual, do que a sua aptidão para aprender depois, em outro nível de complexidade. Não nos convencemos ainda de que os candidatos através - sem menos preparados hoje do que ontem o pórtico da Universidade. Sabemos, sim, que os instrumentos de avaliação mostram-se agora mais apurados e confiáveis e colocam na vitrine o que até faz pouco se ocultava nos imprecisos caminhos do empirismo. Causas múltiplas se difundem por toda uma série de circunstâncias que antecedem e acompanham os estudos universitários, porquanto localizadas no próprio âmago do meta-sistema econômico-social, e fazem do candidato de hoje um tipo diferente, não necessariamente inferior ao de ontem. Não se pode, impunemente, atribuir ao sistema classificatório a origem de todos os males. Há muito que andar nesta direção, e às opiniões eivadas de "parti-pris" preferimos uma abordagem criteriosamente científica.

Tem sido indormida nossa vigilância e nossos estudos, no sentido de não apenas diminuir as imperfeições constatadas, mas sobretudo de carrear para o vestibular brasileiro as contribuições mais recentes e aplicáveis das experiências e pesqui

sas nacionais e estrangeiras. Saliente-se, por sinal, que outras nações nos olham e nos consultam sobre o assunto e, por isso, o Brasil será um dos quatro países que relatarão sua experiência na próxima Conferência Internacional de Educação, em Genebra.

Pouco a pouco queremos ter a certeza de que investimos nos melhores e a satisfação de saber que as nossas salas de aula, laboratórios, anfiteatros e bibliotecas acolhem aquelas jovens e mais promissoras constituições em que se renovam, a cada gesto, as nossas esperanças e as esperanças do País.

REFORMA DO ENSINO

Proporcionar nova estrutura é ainda permanecer no âmbito das atividades-meio, e os progressos aí conseguidos não nos devem contentar se não forem dirigidos à qualificação das atividades-fim. Teremos trabalhado em vão se não obtivermos, ao cabo, melhor ensino, melhor pesquisa e melhor e mais ampla prestação de serviços à comunidade. Não seremos julgados pelos organogramas e sim pelos resultados. Não existe outra medida para os nossos planejamentos e programações, que não seja a eficiência e a produtividade.

Abstraindo, por opção, da pesquisa e da prestação de serviços, analisemos as tentativas de implantação do novo ensino, ainda apenas esboçado em termos nacionais.

Confrontemo-nos, de saída, com a ingente tarefa do ensino superior, que um relatório internacional conceituou como sendo "a completa expansão do homem em toda a sua riqueza e na complexidade de suas expressões e de seus compromissos: "indivíduo, membro duma família e duma coletividade, cidadão e produtor, inventor de técnicas e criador de sonhos". Ao nos dimensionarmos com esses objetivos, será ilusória qualquer sombra de orgulho, e uma profunda humildade se instala no centro de nossas convicções.

Felizmente não existe virtude mais laboriosa do que a humildade. Não cessamos, por isso, de procurar diminuir a

distância entre o ideal e o possível. Reunindo esforços, estimulando iniciativas, buscando recursos extra-orçamentários, somando empresa pública e empresa particular, temos firmado alguns marcos que atestam no chão novo a preocupação pela qualidade do ensino, evidenciada na inovação dos cursos e dos métodos, e na formação e retreinamento do corpo docente.

Procuramos responder cautelosamente à explosão quantitativa da clientela. Somos hoje 900 (novecentos) mil estudantes do ensino superior, e nenhuma reavaliação pode aconselhar a total recusa à abertura de mais oportunidades de acesso. (*) ①

Apesar dos titubeios da primeira hora, o Primeiro Ciclo comprovou-se, na diversidade de execução, instrumento eficaz de fortalecimento dos conhecimentos básicos e instrumentais. Testemunhou-se pelo seu desempenho, uma autêntica ressurreição das ciências básicas, antes relegadas a segundo plano dentro das escolas profissionais. Se atentarmos para a vestiginosa defasagem e auto-superação do conhecimento estocado, começaremos a valorizar adequadamente o ensino das ciências básicas como sendo a montagem de sistemas de referência estrutural de cada saber, dentro do qual o conhecimento factual antigo pode prontamente ser substituído pela nova aquisição, sem que seja inutilizado o arcabouço maior de justificação e aplicação daquela ciência. Para essa função deveria encaminhar-se cada vez mais o Primeiro Ciclo, e estaria plenamente justificado.

Como resposta à divisão de trabalho imposta pelo nosso acelerado desenvolvimento, induzimos ou endossamos o surgimento de novos cursos e de novas habilitações, todos capazes de

(*) Uma sociedade que se inspira em ideais democráticos há de oferecer oportunidades de educação superior a todos, quantos demonstrem desejo e aptidão para tal. Sem deixar de ser seletivo, como é de sua própria essência, o ensino superior há de ser oferecido no Brasil ao maior número possível de indivíduos. ②

matizar a rigidez das antigas profissões e de flexibilizar a oferta de mão-de-obra. Sintoma desse propósito vem sendo a ênfase sobre os cursos de formação de tecnólogos, alguns já satisfatoriamente implantados no Brasil.

Consequência da Reforma Universitária, a criação das coordenações ou colegiados de cursos, tem colaborado intensamente na consecução das metas de cada curso, sob cooperação de Departamentos vários. Sob seu influxo e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, os currículos plenos são revistos e o dinamismo dos planos e programas de ensino sintonizam com o desenvolvimento dos perfis profissiográficos, a cada dia enriquecidos de novos desafios. Vale mencionar a inestimável cooperação das Comissões de Ensino, criadas pelo DAU, nas áreas de Ensino Médico, de Ciências Agrárias, de Engenharia, de Arquitetura e de Formação de Professores.

Merece hoje especial devotamento o Programa Nacional de Pós-Graduação, sob comando do Conselho Nacional de Pós-Graduação. Esperamos que da sua implantação criteriosa e seletiva possa lucrar a Universidade Brasileira naquilo que lhe é essencial: o treinamento de professores e pesquisadores capacitados a enriquecer o ensino pela descoberta do conhecimento novo, e a pesquisa pela checagem dos seus resultados no cotidiano do magistério, quando não pelo envolvimento da realidade circunjacente como ponto de partida para novas pesquisas. São essas idas e vindas entre a aula e a busca podem resgatar o ensino superior da mermice livresca e da estagnação intelectual.

Da pós-graduação e dos Cursos de Treinamento de Professores encarrega-se hoje a CAPES, reformulada e sediada em Brasília, para mais chegado intercâmbio com o Departamento de Assuntos Universitários. Tais cursos têm produzido resultados surpreendentes na mudança de comportamento de algumas centenas de docentes. Os preconceitos se esvaem cedo e o entusiasmo e a renovação de métodos toma o seu lugar, para surpresa de alguns e contaminação de outros, todos porém motivados inclusive pelos novos regimes de trabalho gratificado.

Alterado o comportamento de um contingente considerável de professores, dinamizados os serviços de assistência técnica ao ensino nas universidades, exploradas as potencialidades da matrícula por disciplina como expediente de atendimento às características individuais, colocadas essas premissas, enfim, pode-se esperar intenso movimento de inovações metodológicas que levem à estimulação da aprendizagem mais do que à escuta de exposições marginalizadas daquele "sistema de idéias vivas", a que se refere ORTEGA Y GASSET.

Não se faz possível exibir na renovação do ensino os mesmos dados vitoriosos da reforma estrutural^(*). Não é menor aqui, todavia, o nosso otimismo, pelo fato de podermos contar com os pressupostos de "casas arrumadas", necessidades levantadas, pioneirismos respaldados em várias partes do país, e uma fermentação de novos projetos que a preparação especializada, alcançada no Brasil ou no Exterior, tem provocado no sentido da inovação sistemática e do conhecimento descoberto e difundido, para inteiro cumprimento da missão universitária.

(*) - Muitos Departamentos seguem ainda impermeáveis à inovação dos métodos, irredutíveis na suposta atualidade de conteúdos notoriamente inadequados quando não superados. O controle acadêmico, na busca ansiosa da perfeição e na sujeição absoluta ao computador, muitas vezes esquece que é apenas um meio à serviço do principal objeto de interesse da instituição, o aluno.

Eis aí, senhoras e senhores, a universidade brasileira como a vejo hoje: incompleta e persistente, atávica e inovadora, agressiva e complacente, mas participante do destino de todas as instituições, engolfadas no conturbado processo do desenvolvimento de uma nação que deixa ser o "país do futuro".

Meus prezados alunos da Universidade Católica de Pelotas, permitam-me encerrar lembrando-vos as palavras do mestre francês GEORGES GUSDORF: "Universidade é uma utopia, um sonho que jamais chegou a encarnar-se completamente na face da terra. A insistência, porém, da utopia, na sua própria falta de plenitude gera por vezes mais riquezas e autenticidade do que os programas mais realistas, logo esquecidos mal se concretizaram" (3)

(3) GUSDORF, G - "L'université en Question", Payot, Paris, 1964